

Gente feliz com queixas...

Conferência sobre «Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais», no Funchal



Eduardo Paz Ferreira, Rui Gonçalves, Daniel Bessa e Domingues de Azevedo

Os ventos da crise não são favoráveis ao regionalismo, a especificidade insular nem sempre é tida em conta e o intermitente «contencioso das autonomias» não facilita. Estas foram as principais conclusões da conferência «Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais» que se realizou no Casino Park Hotel, no Funchal, a 15 de janeiro, organizada pelo Gabinete de Estudos da Ordem (GEOCC), o Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal (IDEFF), com o apoio do Diário de Notícias da Madeira e da TSF. Este evento realizou-se na sequência de uma iniciativa idêntica promovida pela Ordem, em outubro, em Ponta Delgada, em que os membros do GEOCC e outros especialistas debateram as particularidades fiscais da Região Autónoma dos Açores.

Avaliar como os «custos da insularidade afetam as pessoas» e «trazer

até onde estão os profissionais o sentimento da classe», foram objetivos elencados pelo Bastonário, Domingues de Azevedo, perante uma plateia que preencheu a Sala Funchal, e em que pontificavam personalidades como Tranquada Gomes, presidente da Assembleia Legislativa Regional e Ventura Garcês, ex-secretário de Estado do Plano e Finanças.

«Antigamente, era um tabu falar de fiscalidade. Nos últimos tempos, tudo mudou. Não é fácil pagar impostos com um sorriso nos lábios, mas há uma necessidade crescente de aprofundar o conhecimento sobre estas matérias», disse Domingues de Azevedo.

O nervosismo dos mercados

Eduardo Paz Ferreira, presidente do IDEFF, admitiu que 2016 pode ser «complicado» para a economia, reeditando o que se passou em 2008. Os

primeiros sinais foram especialmente «alarmantes», com o Royal Bank of Scotland a alertar que 2016 vai ser um ano de «cataclismo» para os mercados e para a economia mundial, e aconselhando os clientes a «vender tudo», exceto títulos muito seguros, como dívida pública alemã e norte-americana. Se «o nervosismo dos mercados não augura nada de bom», o contexto de crise agrava a «tendência centralizadora», disse Paz Ferreira. Por seu turno, o presidente do GEOCC, Daniel Bessa, sublinhou a importância da incursão que a Ordem tem feito «nos aspetos financeiros e fiscais», até porque, sublinhou, um contabilista «de alto nível, tem de dominar as questões fiscais.» Sobre a situação da profissão no mercado laboral, o conhecido economista afirmou que os «contabilistas, como qualquer outra profissão, lutam pela vida, num ambiente agressivo, en-

contrando-se cercados por múltiplas profissões.» Bessa acrescentou que sendo os profissionais da contabilidade e da fiscalidade «os quadros mais qualificados das PME», o segredo para um bom desempenho reside no ato de servir, como «forma de qualificar a classe e o serviço.»

O primeiro painel foi subordinado ao tema «Enquadramento das finanças regionais» e foi moderado por Carlos Lobo, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e membro do GEOCC, que afirmou, evocando a figura do primeiro presidente do gabinete, Sousa Franco, que «quem só sabe de impostos, não sabe de impostos», justificando deste modo a necessidade de «formação abrangente» dos profissionais. Açoriano na diáspora, como faz questão de se definir, Paz Ferreira foi um dos autores da primeira Lei das Finanças Regionais. Assentando a sua intervenção no «enquadramento constitucional», assumiu a «condição de insular e a sua obsessão» pelas questões que afetam os habitantes destas regiões ultraperiféricas. «Portugal gosta muito de tratar as regiões autónomas como Bruxelas trata Portugal», disse num misto de lamento e crítica. «As finanças não são números, são pessoas e as pessoas podem ser beneficiadas e prejudicadas», referiu Paz Ferreira, que abordou os 40 anos do regime de autonomia e a solução de emigração para muitos insulares, lembrando o aclamado romance de João de Melo, «Gente Feliz com Lágrimas.» Neste caso, um povo feliz, com queixas. E muitas.

Mais estabilidade, menos crescimento

«A análise do enquadramento comunitário das finanças regionais» coube a António Carlos dos Santos, igualmente membro do GEOCC. O antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

criticou a situação europeia, «em que existe o predomínio financeiro face a todas as outras vertentes.» Carlos Santos referiu que «a seguir por este caminho, a Europa não vai longe» e fica à mercê de «dilemas» e «implosões várias», sendo a vaga de refugiados a primeira delas. O especialista criticou ainda «o federalismo financeiro que deixa de lado a solidariedade existente entre estados membros» e o pacto orçamental por ter sido sempre «mais de estabilidade do que propriamente de crescimento.»

Sobre o caso madeirense recordou como variáveis centrais o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), a prorrogação do reembolso ao Estado por mais seis anos e a «muito elevada» carga fiscal em vigor. Para rematar o painel, o comentador Carlos Lobo, que também já esteve à frente dos destinos da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, admitiu que «a especificidade regional não é tida em conta.»

«A adaptação do sistema fiscal às especificidades regionais» foi o tema do segundo painel da tarde. Francisco Costa, presidente da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM) fez uma abordagem histórica e prática do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) até 2011, quando foram interrompidas as negociações com Bruxelas, o que levou à debandada de muitas empresas. Só em IRC, estimou uma perda de 150 milhões de euros, mas a esse valor podem ser somadas outras receitas que permitem chegar a um prejuízo de 250 milhões, contabilizados nos últimos cinco anos. «A Madeira não teria necessidade do esforço do PAEF se estas empresas não tivessem saído do CINM», concluiu.

Clotilde Celorico Palma, docente do ISCAL e membro do GEOCC, debruçou-se sobre a particularidade do IVA

nas regiões, admitindo que os 22 por cento de imposto praticado na Região Autónoma da Madeira – praticamente igual aos 23 por cento em vigor no continente – são «uma taxa extremamente pesada», contrariando o próprio tratado de adesão de Portugal à União Europeia que prevê impostos mais baixos nas regiões.

Recados para Lisboa

Rui Gonçalves, secretário regional das Finanças e da Administração Pública, começou por elogiar e reconhecer a importância do papel protagonizado pela Ordem «neste debate sobre finanças e fiscalidade.»

O governante abordou o enquadramento orçamental, lembrando os esforços realizados, nomeadamente a divulgação trimestral da execução orçamental e da dívida. Não fosse o programa de ajustamento, «demasiado duro», e as contas da Região podiam estar num ponto de ainda maior solidez e equilíbrio. Como dado útil, revelou que a dívida já foi reduzida em 628 milhões de euros, em relação a 2012. Gonçalves prometeu ainda «aumentar a qualidade da despesa», «prevenir em vez de penalizar» e mostrou-se esperançado que o próximo OE para 2016 «tenha em consideração nas suas políticas públicas as limitações financeiras das regiões e das autarquias.» Para concluir, um novo recado para Lisboa, colocando como desafio a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental da região que, segundo o secretário, não teve qualquer contribuição dos poderes regionais.

As conclusões ficaram a cargo de Manuel Faustino, membro do GEOCC, e podem ser lidas, nesta revista, no artigo da autoria do Gabinete de Estudos.✂



Vídeos e fotos disponíveis no Canal OCC e no Flickr